

ATAS

Ata número setenta e sete

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, em segunda convocatória, cumprindo o estabelecido no artigo vinte e quatro, número um do Compromisso, reuniram em Assembleia Geral Ordinária da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, os irmãos cujas assinaturas constam no livro de presenças, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e contas referente ao ano de 2021 e Parecer do Conselho Fiscal. -----

Ponto dois – Outros assuntos -----

Ponto três – Aprovação da minuta da ata desta sessão ou, em alternativa, conceder um voto de confiança à Mesa de Assembleia Geral para a sua elaboração. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pediu, aos irmãos, Palmira Fonseca, Maria da Conceição Marques Costa e Cláudia Isabel Lopes Silva, para completar o quórum deste Órgão Social, exigível estatutariamente no Compromisso, para o legal funcionamento da Mesa da Assembleia Geral, nas sessões Plenárias da Irmandade. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Irmão João Manuel Dantas Vizoso, abriu a sessão e começou pela leitura da convocatória da Assembleia Geral Ordinária, passando a palavra ao Sr. Provedor. -----

O Sr. Provedor, Fernando Segismundo, começou por dar as boas vindas a todos os presentes, e deu início ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2021 e Parecer do Conselho Fiscal. -----

O Sr. Provedor apresentou o Relatório de Atividades e Contas referente a 2021, o qual faz parte integrante desta Ata, tendo destacado o desempenho económico financeiro da Instituição, que se traduziu num resultado líquido negativo de noventa e três mil cento e setenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos o que, comparativamente com o ano anterior, significa um ganho de vinte e nove mil cento e trinta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos. Estes resultados tiveram como principal razão o substancial aumento dos custos com pessoal e com combustíveis. Os custos com pessoal representam 57,7% da estrutura de custos da Instituição e traduziram-se num aumento de 6,82% relativamente ao ano anterior, como resultado do aumento da Remuneração Mínima Mensal decretada pelo Governo, a qual não foi acompanhada pelo aumento dos subsídios estatais, que foi de somente 2,52%. -----

JMB

O Sr. Provedor analisou ainda detalhadamente o desempenho setorial da Instituição, tendo feito referência à alteração da matriz de imputação de custos pelas várias valências, por forma a que esta traduza o mais fielmente possível a realidade da Misericórdia. -----

Após a apresentação do Relatório de Atividades e Contas pelo Sr. Provedor, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou à Vice-Presidente do Conselho Fiscal, Irmã Paula Mota, a leitura do Parecer do Conselho Fiscal, o qual faz parte integrante desta Ata. -----

O Parecer do Conselho Fiscal, bastante rigoroso e completo, recomendou à Assembleia Geral a aprovação do Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa e elogiou a prontidão, o esforço e a dedicação daquele Órgão. -----

Em continuação, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou o Parecer do Conselho Consultivo, que foi veiculado pelo Irmão Rui Brilhante e que também deu parecer favorável aos resultados apresentados, fazendo ainda questão de elogiar o trabalho da atual Mesa Administrativa. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, antes de colocar à discussão o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa, fez uma intervenção em nome da Mesa da Assembleia Geral para realçar o trabalho extraordinário que tem sido feito pela Mesa Administrativa e também agradecer a excelência e o rigor, do Parecer do Conselho Fiscal como se comprova pelos dados apresentados. -----

No período de perguntas e respostas, o Irmão Mota Pedro, questionou sobre o aumento de custos com a energia e combustíveis, tendo a resposta sido dada pela Contabilista Certificada Dra. Susana Cardoso. -----

O Irmão Rui Brilhante questionou sobre a competência desta Assembleia Geral para decidir sobre a continuidade ou não do Fundo Solidário, tendo a Mesa da Assembleia Geral informado que o tema tem de fazer parte da convocatória da Assembleia Geral. Mais informou o Sr. Presidente que o assunto fará parte da convocatória da próxima Assembleia Geral. -----

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou á votação o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e aclamação. -----

O Presidente da Assembleia Geral, abriu o ponto dois da ordem de Trabalhos: Outros Assuntos e passou a palavra ao Sr. Provedor que prestou as seguintes informações:-----

- O cumprimento do CCP (Código da Contratação Pública) passou a ser um requisito para as IPSs, pelo que todas as despesas de investimento da Misericórdia estão a ser realizadas em conformidade com este requisito e que é intenção da Mesa Administrativa aplicar o CCP às restantes aquisições; -----
- A nossa candidatura ao Programa Pares 3 acabou de ser aprovada, estando para breve a assinatura do respetivo contrato; -----
- Também foi aprovada a nossa candidatura ao PRR de Mobilidade Verde onde a Instituição se candidatou á compra de uma viatura elétrica para o SAD; -----

ATAS

Folha 57

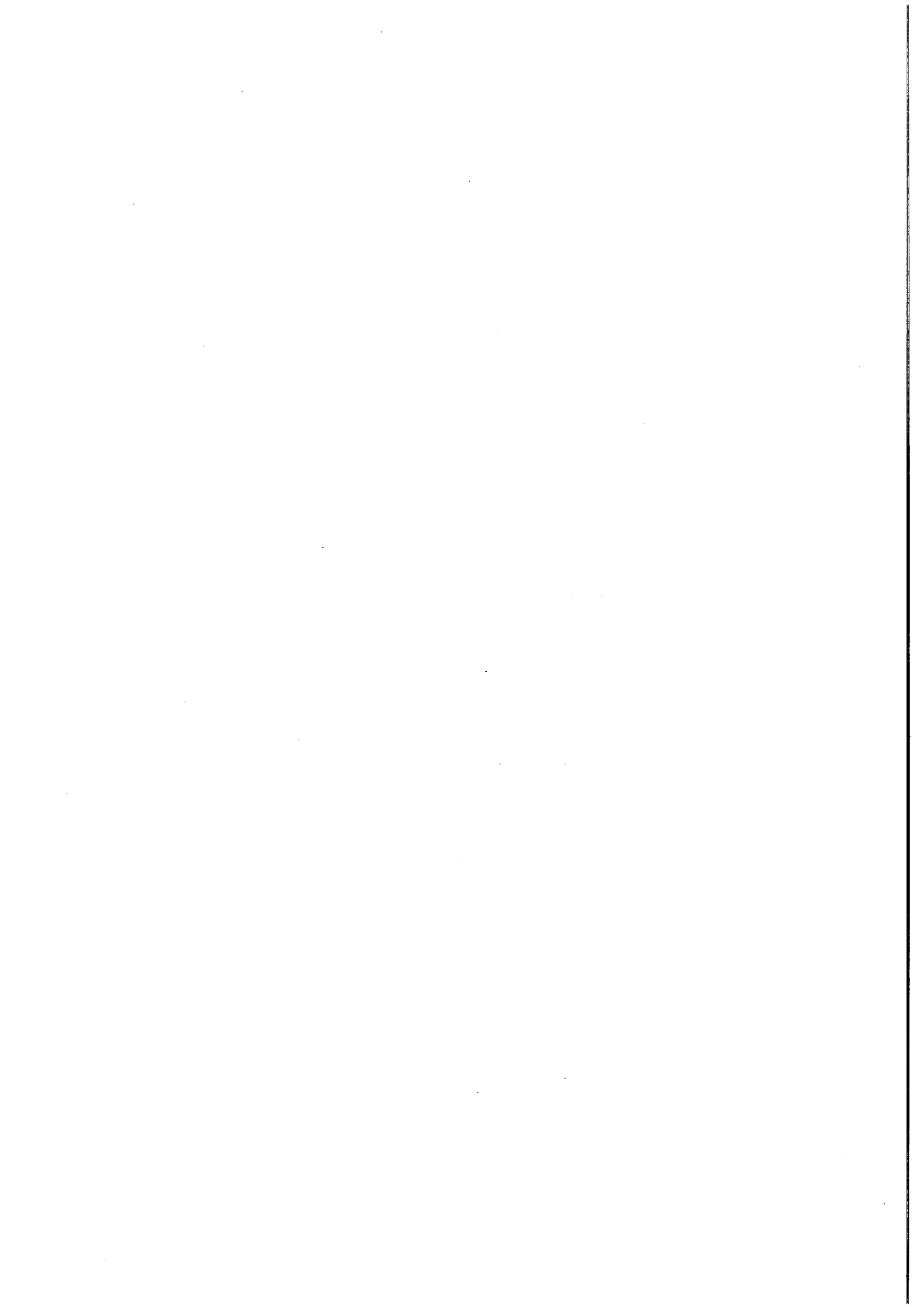
- Na Vistoria realizada pela Segurança Social no passado dia 24 de março à Ampliação do Lar foram detetadas algumas discrepâncias relativamente ao projeto de obra e à legislação existente, estando a Mesa Administrativa a analisar o tema juntamente com o Empreiteiro e o Diretor da Obra. A Mesa Administrativa e a própria Assembleia manifestaram a sua estranheza relativamente a estas discrepâncias, já que a obra foi acompanhada por entidades credenciadas. -----

Relativamente ao Ponto três da Ordem de Trabalhos – Aprovação da minuta da ata desta sessão ou em alternativa conceder um voto de confiança à Mesa de Assembleia Geral para a sua elaboração, o Sr. Presidente solicitou o voto de confiança da Assembleia para a elaboração da Ata, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrada a sessão, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente Ata que transcreve com toda a correção o que se passou e vai ser assinada pelo Presidente João Manuel Dantas Vizoso e por mim Vice- Presidente da Assembleia Geral Maria da Natividade Marques Pedro.

João Manuel Dantas Vizoso

Maria da Natividade Marques Pedro





Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão

Instituição de Utilidade Pública - IPSS

www.misericordiaalfeizerao.pt

ALFEIZERÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Registo no livro Atas do Conselho Fiscal – N.º 84

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO ECONÓMICO 2021

No âmbito das suas competências definidas na alínea a) do Art.º 31 do compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, vem o Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas do exercício económico do ano 2021.

O Conselho Fiscal tem vindo a fazer acompanhamento regular questionando e examinando os elementos económico financeiros, ao longo do exercício foram efetuadas sugestões ao nível contabilização, as quais constam das respetivas atas nº 81 e nº 83, foram examinados os documentos finais que constam do Relatório de atividades e contas: . Balanço, Demonstração Resultados e anexo às demonstrações financeiras, sendo de destacar:

ATIVO LIQUIDO =====» 3.757.986,85€ (Vs: 2020 = 3.439.276,94€)

Investimento no 3º Bloco da ERPI
Em 2021 ===== » 425.957,78€
Total já Investido ===== » 1.154.835,41€ .

FUNDOS PATRIMONIAS (CAPITAL) =====» 862.354,03€ (Vs: 2020 = 948.647,99€)

PASSIVO =====» 2.895.632,82€ (Vs: 2020 = 2.490.628,95€)

Ano de reestruturação de Dívida Financeira e reforço de financiamento para conclusão Obra, formalizado em 19-01-2021 empréstimo com CCAM no valor de 3.400.000€ que visou a liquidação de responsabilidades em curso nesta instituição no montante de 2.080.000€ e reforço para investimento.

EBITDA =====» 82.189,45€ (Vs: 2020 = 76.992,50€)

RESULTADO LIQUIDO =====» - 93.176,74€ (Vs: 2020 = - 122.309,59€)

Resultados penalizados por ausência de Rendimentos (motivado pelo atraso na conclusão do 3º Bloco da ERPI que tinha como data para conclusão Março de 2021) e acréscimo de custos além do referido parte também associados ao efeito da Pandemia Covid-19, que implicou mais despesa com produtos limpeza e mais carga horária do pessoal.

DESVIO ORÇAMENTAL

Aprovado orçamento retificativo em Assembleia Geral de 27-11-2021 no qual se estimava um R.L. negativo de 79.418,82€, no entanto após fecho de contas verifica-se R.L negativo de 93.176,74€ (Desvio - 19.324,39€), devidamente justificado no anexo às Demonstrações Financeiras (fundo Social e correção saldos dos utentes que efetuaram doação à SCMA).

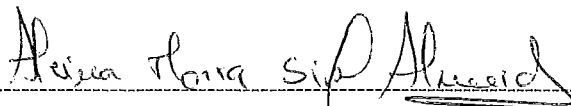
Apesar dos resultados que se apresentam, não refletirem o esforço, empenhamento e a aplicação de boas práticas de gestão, acreditamos e reconhecemos que, face à atitude proativa da Mesa Administrativa e colaboradores estão criadas as condições, capazes de fazer o caminho para o sucesso, conducente à apresentação de resultados positivos no ano de 2022, que garantam a nossa sustentabilidade económico-financeira, nunca prejudicando o melhor nível de performance de prestação de serviços para as diferentes respostas sociais, destinados aos nossos utentes/clientes. Que são a razão da nossa existência e da nossa nobre missão.

Continuaremos a respeitar o passado, a honrar o presente e sempre com o propósito de sermos construtores de mais e melhor futuro.

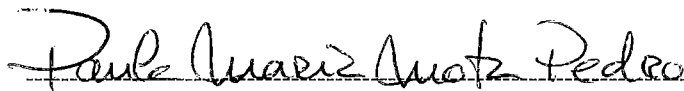
Considerando que as demonstrações financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão a 31 Dezembro 2021, o Conselho Fiscal emite parecer favorável e propõe a sua apreciação e votação na próxima Assembleia geral ordinária a realizar no próximo dia 26 de Março de 2022.

Por último, importa deixar o exposto agradecimento pela colaboração prestada pelas funcionárias Lúcia Rodrigues e Joana Madeira, contabilista Certificada Dra. Susana Cardoso e Mesa Administrativa, quer na exibição dos documentos, na obtenção de esclarecimentos e na aceitação de sugestões.

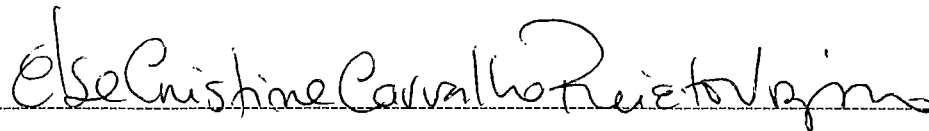
Alfeizerão, 20 de Marco de 2022



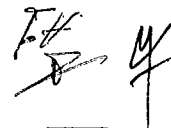
Presidente - Alcina Maria Simões Almeida



Vice Presidente - Paula Maria Mota Pedro



Vogal - Elsa Cristina Carvalho Prieto Vizoso



ATAS

Folha 17

ATA N° 508

Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas, sob a presidência do Senhor Provedor Fernando Mota Segismundo, reuniu presencialmente, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão (SCMA), com a seguinte Ordem de trabalhos:



Ponto único – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e um.

Estiveram presentes os seguintes mesários:

Provedor	Fernando Mota Segismundo
Vice-Provedora	Maria Adriana C. Rodrigues Gomes
1ª Secretária	Helena Alexandra S. Xavier Nicolau
Tesoureiro	Joaquim Ramos Marto
1ª Vogal	António Luís Bernardino Paulino

Participou ainda na reunião, embora sem direito a voto, a Contabilista Certificada da Misericórdia, Dra. Susana Cardoso.

O Senhor Provedor abriu a sessão agradecendo a participação dos presentes e deu início aos trabalhos, com a leitura do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de dois mil e vinte e um, do qual se apresentam excertos:

“O resultado líquido apresenta um valor negativo de noventa e três mil cento e setenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos o que, comparativamente com o ano anterior, significa um ganho de vinte e nove mil cento e trinta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos.

Salienta-se que este resultado incorpora os gastos com os utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida de serviços a prestar no futuro no valor de doze mil quinhentos e setenta e três euros e quarenta e sete cêntimos, e a verba de seis mil setecentos e cinquenta euros e noventa e dois cêntimos para o “fundo solidário”, que não foi utilizada.

As receitas em dois mil e vinte e um tiveram um aumento de cinco vírgula quinze por cento, fundamentalmente devido ao aumento verificado na prestação de serviços, que foi de seis vírgula vinte e seis por cento, enquanto o aumento dos subsídios foi de somente dois vírgula cinquenta e dois por cento.

No que respeita aos gastos, verifica-se um aumento global de um vírgula quarenta e cinco por cento, sendo que se verificou uma redução de dois vírgula oitenta e quatro por cento no custo de mercadorias consumidas, já que houve uma redução do custo com a aquisição de equipamentos de proteção individual, resultante do abaixamento do preço destes equipamentos.”

Ainda relativamente a despesas "...foi considerada uma provisão de quatro mil trezentos e oitenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos para dívidas de quotas dos irmãos e pagamento de serviços dos utentes.

Nos 'fornecimentos e serviços externos', verifica-se um aumento global de sete vírgula trinta e dois por cento, principalmente devido ao acréscimo de custo na manutenção de viaturas e aumento do preço dos combustíveis.

Os gastos de depreciação e amortização sofreram uma redução de treze vírgula quarenta e nove por cento, pois os investimentos realizados com a ampliação do lar ainda não começaram a ser amortizados.

Quanto aos juros pagos, verifica-se uma redução de cinco vírgula trinta e um por cento, como resultado dos novos contratos estabelecidos com as entidades bancárias. Contudo, desejamos salientar que a componente dos juros relacionadas com despesas de investimento, está contabilizada como despesa de investimento e não como despesa corrente.

Os gastos com pessoal aumentaram seis vírgula oitenta e dois por cento e o seu peso relativo na estrutura de custos aumentou de cinquenta e cinco vírgula três por cento para cinquenta e sete vírgula sete por cento. Este aumento de custos com pessoal deve-se aos aumentos salariais decretados pelo Governo, já que o número médio de trabalhadores em dois mil e vinte e um foi sensivelmente idêntico ao de dois mil e vinte.

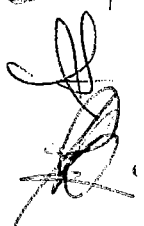
Ainda no capítulo das despesas, foi considerado como 'outros gastos' a verba de doze mil quinhentos e setenta e três euros e quarenta e sete cêntimos, correspondente aos gastos dos utentes que entregaram bens à Misericórdia em contrapartida dos serviços a prestar no futuro e a verba de seis mil setecentos e cinquenta euros e noventa e dois cêntimos para o "fundo solidário", cujo saldo apresenta o valor de vinte e sete mil euros trezentos e setenta e seis euros e onze cêntimos.

O fundo solidário foi criado na sequência de uma Assembleia Geral de dois mil e quinze e que prevê uma dotação de zero vírgula cinco por cento das receitas previsionais. A referida Assembleia delegou ainda na Mesa Administrativa o estabelecimento de critérios para a atribuição dos apoios, não existindo qualquer regulamento.

No que se reporta à obra de ampliação do lar, os autos de medição apresentavam no final de dois mil e vinte e um cerca de noventa e sete por cento do valor adjudicado, mas só foi pago ao construtor cerca de oitenta por cento do valor adjudicado, ficando a restante verba como garantia.

A ampliação do lar foi iniciada em setembro de dois mil e dezoito com a conclusão prevista para agosto de dois mil e dezanove. Contudo, a obra sofreu sucessivos atrasos, tendo-se obtido a licença de utilização em dezembro de dois mil e vinte e um. Contudo, a instalação ainda aguarda pelo resultado da inspeção do Instituto de Segurança Social (ISS) para poder ser utilizada.

Em dezembro de dois mil e vinte, a nova Mesa Administrativa, preparou e apresentou a candidatura ao Programa Pares 3.0, mas só para compras ainda por realizar, pois para este programa as aquisições têm de respeitar o Código das Contratações Públicas, o que não aconteceu com a adjudicação inicial da obra. Esta nossa candidatura acabou de ser aprovada já em fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelo que esperamos formalizar em breve o respetivo contrato.

F.H.
2
y


ATAS

Folha 18

Na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), verificou-se um aumento do custo médio mensal de utente de mil trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos em dois mil e vinte para mil quatrocentos e setenta euros e dezoito cêntimos em dois mil e vinte e um (cinco vírgula quatro por cento).

Este aumento deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos com pessoal que foi de seis vírgula dois por cento e ao aumento de custo com o fornecimento de serviços que foi de trinta por cento.

Nas depreciações e amortizações houve uma redução, já que os novos investimentos ainda não começaram a ser amortizados e o custo das mercadorias consumidas também apresentam uma redução assinalável.

No capítulo das receitas houve um aumento de cerca de cinco vírgula quatro por cento decorrente do aumento das mensalidades e dos subsídios.

O resultado líquido em 2021 continuou a ser negativo, tendo-se verificado um aumento do significativo do prejuízo relativamente a 2020.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem capacidade para sessenta utentes e mantém quarenta e dois Acordos de Cooperação com o ISS, I.P. – Centro Distrital de Leiria, integrando em dois mil e vinte e um uma média de trinta e quatro utentes, enquanto em dois mil e vinte este número foi de trinta e um, verificando-se assim um aumento no número de utentes. Nesta valência verificou-se uma redução global de custos essencialmente devido à redução dos gastos de amortização e depreciação, que compensou o aumento de custos com pessoal. Globalmente a valência apresentou um resultado líquido superior ao do ano anterior, principalmente devido ao aumento verificado na faturação de serviços.

Relativamente ao Centro de Dia, com a pandemia de COVID 19, a Misericórdia de Alfeizerão suspendeu a atividade desta valência a partir de meados de março de dois mil e vinte e só voltou a abrir em julho de dois mil e vinte e um uma vez que estes utentes partilhavam o mesmo espaço que os utentes da ERPI. Alguns destes utentes passaram a ter domiciliação de serviços e outros rescindiram os respetivos contratos.

A Misericórdia de Alfeizerão dispõe de um Acordo de Cooperação com o ISS, IP – Centro Distrital de Leiria para 14 utentes, mas tem capacidade para 30 utentes.

A partir de julho de 2021 o número médio de utentes foi de 8.

Em 2021 o Centro de Dia apresentou um resultado menos negativo do que no ano anterior, mas ainda assim com muita expressão.

No que respeita ao Centro de Acolhimento e Emergência Social (CAES), funciona em instalações alugadas na Rua de Angola em Alfeizerão (antigas instalações da Misericórdia), tendo iniciado o seu funcionamento em dezembro de dois mil e catorze. Este equipamento social dispõe de vinte camas, sendo a sua ocupação gerida pela Segurança Social e tendo no ano de dois mil e vinte e um uma ocupação média de dezoito camas.

Em dois mil e vinte e um foi revista a matriz de imputação de custos que foi utilizada em dois mil e vinte, tendo-se chegado a um resultado negativo de vinte e dois mil novecentos e vinte e seis euros e treze cêntimos, quando em dois mil e vinte o resultado tinha sido

positivo de vinte e cinco mil e vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, mas com um flagrante erro no custo das mercadorias consumidas. Para além da correção referida anteriormente, verificou-se um substancial aumento no custo dos serviços fornecidos e nos custos com pessoal. Para fazer face ao aumento de custos, foi solicitado ao Instituto de Segurança Social um aumento da comparticipação financeira para o ano de dois mil e vinte e dois, mas até ao momento não recebemos qualquer resposta.

O Serviço de Ambulâncias dispõe de duas ambulâncias e três motoristas, sendo um a tempo parcial. Por outro lado, sempre que os doentes necessitam de acompanhante, são deslocados para esta valência funcionários da ERPI.

Enquanto em dois mil e vinte o resultado operacional deste serviço foi negativo em três mil setecentos e sessenta euros e noventa e três cêntimos, em dois mil e vinte e um o serviço apresentou um resultado operacional positivo de cinco mil quinhentos e vinte e oito euros e oito cêntimos, apesar do substancial aumento dos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos (manutenção e combustíveis).

Quanto à Universidade Sénior, com a Pandemia COVID 19, suspendeu as suas atividades em março de dois mil e vinte e não voltou a reabrir até à presente data (março de dois mil e vinte e dois).

Em 2021 a Misericórdia continuou a desenvolver a parceria com o Banco Alimentar das Caldas da Rainha onde Misericórdia para além de proceder à avaliação da situação socioeconómica dos agregados familiares, assegura o transporte dos bens entre as instalações do Banco Alimentar e a Misericórdia, procedendo posteriormente à distribuição, nas suas instalações, dos respetivos cabazes mensais.

Durante o ano de dois mil e vinte e um foram apoiados cerca de vinte e dois agregados familiares num total de setenta pessoas, sendo que vinte destas pessoas são crianças.

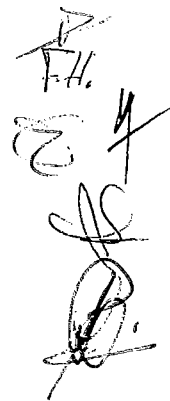
A Misericórdia de Alfeizerão, conjuntamente com a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e outras IPSS da região, tem um protocolo com o ISS para a distribuição de alimentos do Fundo Europeu de Apoio a Carentes. A sinalização das pessoas carenciadas é feita inicialmente pelo ISS, que posteriormente as encaminha para a Misericórdia. O cabaz de alimentos fornecido às famílias abrangidas por este esquema é muito mais rico do que o do Banco Alimentar, já que o mesmo comporta alimentos frescos. Estes alimentos são distribuídos mensalmente pela Misericórdia, nas suas instalações, após a sua entrega pela Confraria da Nazaré.

Durante o ano foi desenvolvido um Plano de Atividades Socioculturais (PAS), o qual teve como objetivo central a valorização de um envelhecimento cada vez mais ativo, mais dinâmico e mais colaborativo.

O PAS da área sénior reflete a importância de celebrar os vários aspetos da vida. Celebrar o prazer de viver, celebrar os amigos, os afetos, a natureza, as tradições.

Um dos principais obstáculos à felicidade dos nossos utentes prende-se, na sua maioria com a falta de um projeto de vida. Um projeto de vida com objetivos e sonhos que motive cada utente a valorizar não só o que conquistou na vida, mas também tudo o que ainda pode alcançar. Desta forma, foram desenvolvidas atividades socioculturais e lúdico-pedagógicas que permitiram fomentar a socialização, promover atividades intergeracionais, assim como atividades que envolvam a família.

Com a continuação da Pandemia Covid 19, o ano de dois mil e vinte e um voltou a ser um ano atípico. Assim, as atividades programadas (passeios, bailes, churrascos, etc.), foram realizadas com uma frequência inferior ao programado.



ATAS

Folha 19

Contudo, ainda foi possível a realização de algumas atividades, tendo-se adaptado as mesmas às restrições impostas pela pandemia.

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão encerrou as suas contas de dois mil e vinte e um, com um Resultado Líquido de negativo de noventa e três mil cento e setenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos, propõe-se que o referido Resultado seja integralmente transferido para a conta Resultados Transitados.”

Ao longo da apresentação foram-se realizando explicações e debates por forma a deliberar sobre as melhores decisões a tomar em futuro próximo. É exemplo deste espaço de debate “o ‘fundo solidário’, cujo saldo se apresenta em ‘outros ativos correntes’ com o valor de vinte e sete mil trezentos e setenta e seis euros e onze cêntimos”.

Finalmente o Relatório de Atividades e Contas, referente ao Ano Económico e Social de dois mil e vinte e um, proposto pelo Senhor Provedor à Mesa Administrativa, foi aprovado por unanimidade.

Embora convidados a estar presentes nesta sessão para se inteirarem do conteúdo dos documentos, não estiveram presentes: a presidente do Conselho Fiscal e o presidente do Conselho Consultivo por impossibilidade. Assim o Relatório de Atividades de Contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e um, será enviado a estes órgãos, por e-mail, a quem serão prestadas informações/explicações, de forma que possam reunir condições bastantes para emitir o competente parecer.

Este Relatório, depois de aprovado na Assembleia Geral da Irmandade, terá de ser lançado na Plataforma da Segurança Social até à data limite de trinta de junho de dois mil e vinte e dois.

Será elaborado um Dossier em suporte de papel com todos os elementos documentais referentes ao Relatório de Atividades e Contas relativos ao exercício de dois mil e vinte e um, que poderá ser consultado na Sede Social da Instituição e todos os irmãos que indicaram o e-mail irão receber por e-mail.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Provedor deu como encerrada a sessão pelas quinze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada a correspondente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos mesários presentes.

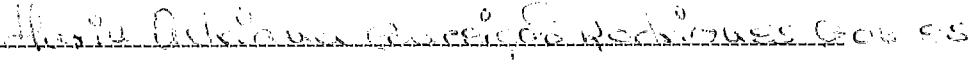
Provedor

Fernando Mota Segismundo



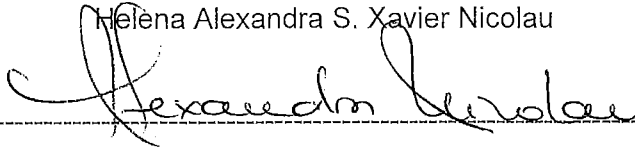
Vice-Provedora

Maria Adriana C. Rodrigues Gomes



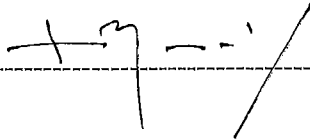
1ª Secretária

Helena Alexandra S. Xavier Nicolau



Tesoureiro

Joaquim Ramos Marto



1º Vogal

António Luís Bernardino Paulino

